



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 618, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre a existência de financiamento público ou dívida ativa de pessoas ou empresas mencionadas.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre a existência de financiamento público ou dívida ativa de pessoas ou empresas mencionadas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre a existência de financiamento público ou dívida ativa de pessoas ou empresas mencionadas.

Acerca das pessoas abaixo listadas bem como de suas empresas, questiona-se:

1. As pessoas mencionadas e/ou suas empresas recebem de qualquer forma recursos públicos para financiamento de suas atividades, como empréstimos do BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica?
2. Os empresários mencionados ou suas empresas possuem inscrições em dívida ativa apurada pela PFN ou são beneficiários de programas de recuperação fiscal?
3. Em caso afirmativo da resposta da pergunta 1 solicita-se detalhamento de cada ocorrência contendo valores, data de assinatura, prazo e finalidade dos empréstimos



SF/22684.81442-80 (LexEdit)

4. Em caso afirmativo da resposta da pergunta 2 solicita-se detalhamento de cada ocorrência contendo valores devidos e, se refinanciados, prazo e demais condições do refinanciamento

A seguir as pessoas e empresas mencionadas:

- Luciano Hang, da Havan S.A. - CNPJ 79.379.491/0001-83;
- Afrânio Barreira Filho, do Coco Bambu Frutos do Mar Comercio de Alimentos Ltda - CNPJ 08.967.872/0001-35;
- José Isaac Peres, da Multiplan Administradora de Shopping Centers Ltda, conhecida como Multiplan Administradora - CNPJ 07.816.890/0001-53;
- José Koury Junior, da "associação dos Condomínios do Barra World Shopping", no Rio de Janeiro - CNPJ 05.022.383/0001-12;
- Ivan Wrobel, da construtora W3 Participações Imobiliárias Ltda, conhecida como W3 Engenharia - CNPJ 29.521.085/0001-35;
- Marco Aurélio Raymundo, o Morongo, da Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos esportivos Ltda - CNPJ 83.816.330/0001-87;
- André Tissot, da Sierra Moveis Ltda, conhecida como Grupo Sierra, - CNPJ 92.726.785/0001-00

JUSTIFICAÇÃO

Em 17/08/2022 o jornal Metrôpoles publicou matéria intitulada “Exclusivo. Empresários bolsonaristas defendem golpe de Estado caso Lula seja eleito; veja zaps” (Link: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/exclusivo-empresarios-bolsonaristas-defendem-golpe-de-estado-caso-lula-seja-eleito-veja-zaps>). Na matéria em questão são reveladas diversa falas de empresários em grupo de Whatsapp de apreço a uma ideia de golpe de Estado, desrespeito ao sistema eleitoral vigente, supressão anti-democrática de eleição de



um eventual governante distinto do atual e até mesmo sugestão de oferecimento de vantagem para funcionários votarem no candidato defendido pelos empresários.

Cabe enfatizar a gravidade dos fatos, notadamente porque se trata de um grupo com expressivo e considerável poder econômico e político, com notória proximidade com agentes públicos, especialmente o presidente da República, e com indícios de participação efetiva na preparação de atos próximos, como revela especificamente essa mensagem destacada na reportagem do médico gaúcho Marco Aurélio Raymundo, conhecido como Morongo e dono da rede de lojas Mormaii, uma das principais marcas de surfwear do país. “O 7 de setembro está sendo programado para unir o povo e o Exército e ao mesmo tempo deixar claro de que lado o Exército está. Estratégia top e o palco será o Rio. A cidade ícone brasileira no exterior. Vai deixar muito claro”, escreveu.

O conteúdo veiculado nas mensagens pode ser considerado crime contra o Estado Democrático de Direito, conforme positivado na Lei nº 14.197/21. Assim, é imperioso esclarecer à população brasileira se os valores recolhidos por meio de tributos de todos os brasileiros estão sendo repassados de alguma forma àqueles que conspiram contra a República.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2022.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do Partido dos Trabalhadores

